

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIB) SANTA**
2 **CATARINA**

3 ATA Nº 06/2015

4 Ao trigésimo dia do mês de novembro de dois mil e quinze, às treze horas, no Auditório do
5 Serviço Social da Indústria de Santa Catarina – SESI, localizado na Rua Walter Marquardt, 835
6 - Barra do Rio Molha (ao lado da Prefeitura Municipal), em Jaraguá do Sul/SC realizou-se a
7 reunião plenária ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB/SC)
8 com a presença dos seguintes membros: representantes da Secretaria de Estado da
9 Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC) – Geraldo Cesar Althoff (Coordenador da
10 CIB/SC e Secretário de Estado), Adriana Zanqueta, Alcenira Vanderlinde, Maira de Souza,
11 Ivanor Alberti, Camila Magalhães Nélsis, e representantes do Colegiado Estadual de Gestores
12 Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/SC) – Ana Cláudia da Silveira Quege –
13 Presidente do COEGEMAS/SC (Três Barras), Daniela de Bastos (Itapema), Valdecir Mengarda
14 (Blumenau), Maurício José Leal (Bombinhas), Dejair de Oliveira Junior (Florianópolis) e Janifer
15 Otto (São João Batista). Ainda estavam presentes membros suplentes da CIB/SC, gestores e
16 técnicos municipais, representantes da câmara técnica, secretarias regionais e associações de
17 municípios, cuja lista de presença segue anexa. A representante da SST, Camila Magalhães
18 Nélsis, iniciou a reunião agradecendo o acolhimento do município de Jaraguá do Sul e a
19 presença de todos e todas. Após apresentação dos membros do plenário, foi apresentada a
20 ordem do dia, que foi aprovada pelo plenário. **1º Apreciação e aprovação da ata da reunião**
21 **anterior:** O plenário considerou lida e aprovada a ata da reunião anterior. **2º**
22 **Correspondências recebidas e expedidas:** O plenário considerou lida a relação de ofícios
23 recebidos e expedidos pela CIB/SC: Recebidos – Ofício nº1097/2015, enviado pelo
24 GABS/SST, informando substituição de membros da CIB/SC; Ofício nº1132/2015, enviado pelo
25 GABS/SST, encaminhando processo de habilitação de troca de gestão inicial para a gestão
26 básica do município de Cunhataí/SC; Ofício nº056/2015, enviado pelo COEGEMAS, solicitando
27 inclusão de assuntos em pauta na reunião da CIB/SC; Ofício nº1296/2015, enviado pelo
28 GABS/SST, encaminhando processo de habilitação de troca de gestão inicial para a gestão
29 básica do município de Acurra/SC; Ofício nº1305/2015, enviado pelo GABS/SST,
30 encaminhando indicações dos novos representantes da SST para compor a CIB/SC; Ofício
31 nº608/2015, enviada pela DIAS/SST, solicitando preenchimento Censo SUAS sobre CIB.
32 Expedidos – Ofício nº42/2015, destinado ao CEAS, encaminhando, para conhecimento, ata
33 CIB nº04/2015 e Calendário Anual CIB 2015 (alterado em 06/08/2015); Ofício nº43/2015,
34 destinado à DIAS/SST, encaminhando bloco 13 do questionário Gestão Estadual – Censo
35 SUAS 2015 (CIB) preenchido, assinado e carimbado; Ofício nº44/2015, destinado à SST,
36 encaminhando relação de prazos e providências para preparação da última reunião da CIB em
37 2015; Ofício nº45/2015, destinado à SST, encaminhando para assinatura, Edital de
38 Convocação CIB; Ofício nº46/2015, destinado à SST, solicitando providência sobre transporte
39 para reunião da CIB. **3º Apreciação do processo para habilitação em Gestão Básica do**
40 **SUAS do município de Cunhataí/SC.** O Gerente de Pactuação e Deliberação da DIAS/SST,
41 Ivanor Albert, informou que, a partir do envio do processo constituído pelos documentos
42 comprobatórios do município de Cunhataí, à SST, conforme dispõe a NOB/SUAS 2005,
43 realizou a avaliação do cumprimento das responsabilidades e requisitos pertinentes à condição
44 de gestão pleiteada, e que foi constatado a entrega dos documentos comprobatórios, sendo

45 recomendado ao município aspectos em relação ao aprimoramento da gestão, do serviço de
46 proteção social básica e atualização de leis. Em seguida a matéria foi submetida à apreciação
47 e posicionamento da CIB/SC, sendo a habilitação aprovada pelo plenário. Este plenário
48 resolveu recomendar que o Estado preste apoio técnico ao município de Cunhataí/SC para o
49 aprimoramento da gestão e a organização dos serviços, programas, projetos e benefícios
50 socioassistenciais, considerando as recomendações dispostas no Parecer Técnico GEPAD/
51 DIAS/ SST nº003/2015. Ainda definiu que o município de Cunhataí/SC terá o prazo de 180
52 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação da presente Resolução no Diário Oficial do Estado
53 - DOE/SC, para a entrega na SST/SC dos documentos comprobatórios pendentes dispostos no
54 referido Parecer. **4º Apreciação do processo para habilitação em Gestão Básica do SUAS**
55 **do município de Ascurra/SC.** O plenário resolveu aprovar a habilitação do referido município,
56 sem ressalvas. **5º Aprovação do Calendário Anual de Reuniões da CIB/SC em 2016.** O
57 plenário decidiu aprovar o referido calendário de reuniões da seguinte forma: 25 de fevereiro,
58 às 13h, em São Miguel do Oeste; 28 de abril, às 13h, em São José; 30 de junho, às 13h, em
59 Canoinhas; 25 de agosto, às 13h, em Palhoça; 27 de outubro, às 13h, em Ituporanga; e 01 de
60 dezembro, às 13h, em Bombinhas. **6º Apresentação relatório parcial de execução do Plano**
61 **de Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios do Estado de Santa Catarina –**
62 **Etapa 2015 (art. 5º da Resolução CIB nº 10, de 13 de julho de 2015).** Adriana Zanqueta,
63 representante da SST, apresentou brevemente o referido relatório demonstrando o
64 levantamento das ações previstas no Plano de Acompanhamento e Apoio Técnico, conforme
65 pactuado na CIB e deliberado no CEAS, seguido da descrição das ações executadas pela
66 equipe do órgão gestor estadual. **7º Agenda para discussão sobre Cofinanciamento**
67 **Estadual 2016 e atraso de repasse de recursos aos municípios referentes ao**
68 **Cofinanciamento Estadual 2015.** Ivanor Alberti, representante da SST, apresentou a proposta
69 de agenda de discussão sobre o Cofinanciamento Estadual de 2016 destacando as seguintes
70 etapas e prazos: até dia 29 de janeiro de 2016 a SST deverá finalizar, internamente, a
71 discussão e definição da disponibilidade orçamentária e financeira; discussão e elaboração do
72 cronograma de desembolso pela SST; discussão e regulamentação da sistemática de repasse
73 de recursos pela SST; discussão, definição ou revisão sobre prestação de contas/
74 reprogramação anual do saldo de recursos para o exercício seguinte pela SST, conforme
75 legislação em vigor. Até 11 de fevereiro de 2016, apresentação da proposta da DIAS/SST ao
76 COEGEMAS sobre critérios de partilha, prazos e procedimentos (utilização de recursos –
77 percentuais de custeio e investimento; responsabilidades dos entes e conselhos; condições
78 para bloqueio de recursos; ocorrência de saldo remanescente). Em 12 de fevereiro de 2016,
79 discussão e alinhamento sobre o assunto na reunião prévia CIB. No dia 25 de fevereiro de
80 2016, pactuação da matéria na reunião da CIB, e posteriormente deliberação na reunião do
81 CEAS. Na ocasião, Ana Claudia informou que a intenção era começar a discussão dessa pauta
82 já neste ano. No entanto, falou que a grande preocupação do colegiado é saber se o valor
83 aproximado de 16 (dezesseis) milhões, ainda não pagos aos municípios em 2015, será
84 repassado em 2016, e se o valor do cofinanciamento estadual para 2016 será, no mínimo, o
85 mesmo valor aproximado de 26 (vinte e seis) milhões previstos pelo Estado em 2015. Ana
86 Claudia ressaltou as dificuldades dos municípios na execução dos serviços, destacando a
87 ocorrência da judicialização dos serviços socioassistenciais e a falta de condições financeiras
88 para os municípios cumprirem com seus compromissos. Salientou que se os entes federados

89 não se aliarem, equipamentos sociais começarão a fechar, e os municípios e usuários da
90 assistência social serão penalizados. Antes de iniciar a fala do Secretário Geraldo Althoff,
91 Camila Magalhães comunicou que os informes da DIAS/SST sobre as construções de CRAS,
92 CREAS e Centro Dia, CapacitaSUAS, entre outros, constam nas pastas dos membros do
93 plenário, e após serão enviado, por e-mail, aos municípios. Ana Claudia comunicou que o
94 informe sobre Benefício de Geração Múltipla será apresentado em outro momento, pois o
95 colegiado necessita de mais tempo para analisar o tema. Ainda solicitou encaminhamento de
96 pauta para o final da reunião sobre a interrupção dos monitoramentos que venham penalizar os
97 municípios. Após, o Secretário Geraldo Althoff disse saber da grande preocupação de todos
98 sobre o problema do cofinanciamento, e que não imaginava que a participação do Estado no
99 cofinanciamento fosse tão pequena. Informou que, compilando alguns dados a partir de 2012,
100 observou o seguinte panorama: em 2012 o valor do cofinanciamento estadual foi de R\$
101 7.542.587,00; em 2013 esse valor foi para R\$ 11.193.733,00; em 2014 foi para R\$
102 22.556.327,00, e a previsibilidade para o ano de 2015 chegava ao valor de R\$ 25.927.368,00.
103 O Secretário fez uma reflexão sobre esses números, ressaltando que o governo do Estado
104 mostrou surpreendentemente um crescimento importante nos valores que estavam sendo
105 repassados para os municípios. Destacou ainda que se pudesse imaginar que fosse aplicado
106 ainda mais do que esse valor em 2015. Informou que todos foram surpreendidos com um
107 repasse de aproximadamente 9 (nove) milhões, sendo que aproximadamente 16 (dezesesseis)
108 milhões não foram repassados, pois houve um corte e o governo tomou a decisão de não
109 repassar esse valor em função da crise. O Secretário comunicou que o valor não repassado
110 não será pago em 2016, pois não está empenhado, mas somente orçado, e que, portanto não
111 há possibilidade de pagamento. Lembrou que no dia 10 de dezembro de 2015 fecha a
112 movimentação do orçamento do Estado, e não existe possibilidade de conseguir que esses 16
113 (dezesesseis) milhões aproximados sejam empenhados para um eventual pagamento em “restos
114 a pagar”. Após, reiterou sobre o crescimento significativo do cofinanciamento estadual que
115 vinha acontecendo de 2012 a 2014. Destacou ainda que a secretaria fez uma avaliação daquilo
116 que deverá estar proposto no orçamento para o ano de 2016 para as quatro principais ações
117 de assistência social: Benefícios Eventuais com previsão de R\$ 2.500.000,00; Proteção Social
118 Básica com previsão de R\$ 11.040.000,00; Proteção Social Especial de Média Complexidade
119 com previsão de R\$ 9.500.000,00; Proteção Social Especial de Alta Complexidade com
120 previsão de R\$ 9.330.000,00, totalizando R\$ 32.370.000,00. Na ocasião, Camila Magalhães
121 lembrou que entre os desafios do SUAS, um deles é implementar a lei de forma que esses
122 recursos transferidos sejam uma obrigação legal por parte do Estado, e que ainda essas
123 transferências são consideradas voluntárias. Daiana Nardino, analista técnica da SST,
124 apresentou uma retrospectiva sobre o processo do cofinanciamento estadual em 2015,
125 informando que a primeira reunião da CIB aconteceu em 25 de março, em Itajaí, e que nessa
126 ocasião o Estado levou a proposta oficial de disponibilidade financeira de 10 (dez) milhões,
127 destacando que inclusive foi publicado no diário oficial o cronograma referente a esse valor.
128 Relatou que naquele momento a CIB entendeu que não pactuaria aquele valor, e que se
129 retomou a discussão na reunião seguinte, em 25 de maio. Destacou que nesse dia, a então
130 Secretária de Estado, por telefone, em viva voz, garantiu e se comprometeu em disponibilizar
131 no mínimo, 26 (vinte e seis) milhões aproximadamente (mesmo valor disponibilizado no ano
132 anterior), sendo que nesse momento a CIB pactuou os critérios, prazos e procedimentos.

133 Informou que, após, aguardou-se a publicação em Diário Oficial, encaminhou-se a resolução ao
134 CEAS para deliberação, conforme fluxo, e que 30 (trinta) dias após a publicação no diário
135 oficial iniciou-se o prazo para os municípios encaminharem a documentação. Lembrou que, em
136 seguida esse prazo foi prorrogado até o dia 24 de julho de 2015. Esclareceu que na medida em
137 que os documentos chegavam à Gerência de Contratos e Convênios – GECON/SST era feita a
138 análise documental, sendo que os municípios, apresentando todas as documentações, eram
139 considerados habilitados, e se houvesse alguma pendência, o município era informado, e tinha
140 mais 15 dias para fazer as adequações. Daiana Nardino relatou que, nesse processo, os
141 primeiros pagamentos começaram a ser efetuados em setembro. Lembrou que, nesse
142 momento havia a informação de que o valor da disponibilidade financeira seria de R\$
143 25.927.368,00, sendo que em outubro, havia a informação de que 8 (oito) milhões seriam
144 disponibilizados no início do mês (depois esse prazo passou para a segunda quinzena de
145 outubro), e o restante, 16 (dezesesseis) milhões aproximadamente, para início de novembro.
146 Salientou que essa era a informação oficial repassada aos municípios. Destacou que, entre o
147 final de outubro e o início de novembro houve a informação de que esse valor não viria, e que
148 visando um processo de transparência no repasse de recursos, optou-se por elaborar e
149 publicar a portaria nº 106/2015 que define os critérios de priorização para repasse de recursos
150 aos municípios. Reiterou que, sabendo da informação que só haveria o repasse de mais 8
151 (oito) milhões, adotou-se os critérios de priorização, sendo a definição feita em reunião entre
152 SST, CEAS e COEGEMAS, ficando a seguinte ordem de prioridade: Proteção Social Básica,
153 Benefícios Eventuais, Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Proteção Social
154 Especial de Média Complexidade. Relatou que, entrando os 8 (oito) milhões procedeu-se o
155 pagamento da proteção social básica, sendo repassados para os municípios habilitados o total
156 R\$ 7.404.918,52. Daiana Nardino ressaltou que foi um processo muito rápido, e que foi
157 empenhado todo o montante na proteção social básica, sendo que depois se verificou que nem
158 todos os municípios se habilitaram, por motivo de pendências na abertura de contas para
159 investimento. Na ocasião, Ana Claudia questionou a diferença de valores efetivamente
160 repassados para chegar aos 8 (oito) milhões, já que conforme portaria nº 106/2015, seriam
161 disponibilizados 8 (oito) milhões para proteção social básica, e que sobrando recursos desse
162 montante, seria disponibilizado para benefícios eventuais. Daiana Nardino relatou que os
163 primeiros 2 (dois) milhões foram repassados adotando os procedimentos dos anos anteriores,
164 ou seja, conforme o município entrega a documentação, a SST analisa, e se habilitado, já
165 encaminha a relação para o financeiro efetuar o pagamento. Explicou que não tem lógica
166 esperar todos os municípios se habilitarem para depois começar a repassar o recurso.
167 Lembrou que o Decreto nº 445/2015 determina alguns prazos, sendo que um deles refere-se
168 ao disposto no artigo 14, que dá o prazo até o dia 24 de dezembro de 2015, às 18h30min, para
169 realizar empenho e pagamento de recursos estaduais. Esclareceu que para repassar o valor
170 que sobrou do repasse da proteção social básica para benefícios eventuais seria necessário
171 fazer alteração orçamentária, alocar o montante que sobrou da Proteção Social Básica para a
172 subação de Benefícios Eventuais, realizar publicação de portaria da secretaria da fazenda, e
173 fazer todo o processo de empenho, liquidação, pagamento, até a referida data. Concluiu que
174 esse foi um dos principais motivos para que não houvesse tempo hábil para fazer esse
175 processo, não havendo o repasse para benefícios eventuais, e que, portanto o Estado
176 repassou efetivamente o total de R\$ 9.305.286,93. Na ocasião, o Secretário Geraldo Althoff fez

177 um comparativo dos recursos destinados à saúde e à educação, caracterizados como
178 vinculados, com os da assistência social, em que não há vinculação. Enfatizou que o que deve
179 ser feito, a partir de agora, é pelo menos ter a segurança de que o recurso orçado para 2016
180 será disponibilizado. Nesse momento, Valdecir Mengarda, representante do COEGEMAS,
181 disse que houve uma peregrinação nesses últimos dias, e que em algumas reuniões os
182 representantes do COEGEMAS saíram muito chateados, seja com a própria frente
183 parlamentar, seja com o deputado Marcos Vieira. Relatou que a relação do COEGEMAS com
184 os gestores estaduais que passaram pela SST sempre foi uma relação muito impar, e que o
185 colegiado tem muito apreço por todos eles, lembrando que o Secretário Geraldo Althoff é bem
186 vindo. Ressaltou que, no entanto, sem citar nomes, os secretários municipais foram iludidos,
187 para não dizer enganados, lembrando que o discurso sempre foi muito “doce”. Relatou que, é
188 óbvio que a SST está sozinha no universo de não ter garantias, e que o colegiado acaba
189 olhando para o gestor como uma das garantias quando honra a palavra. Informou que Marcos
190 Vieira teve uma reunião com membros do colegiado vergonhosa, dizendo que só aceitaria
191 mexer no orçamento se os gestores municipais tivessem todo o colegiado de líderes ou
192 executivo Geraldo Althoff dizendo que este tinha poder. Destacou que, é bem verdade que a
193 história mostra que não temos mais que olhar para o gestor como alguém que vai nos dar
194 qualquer garantia, por mais que seu discurso seja maravilhoso e esperançoso. Concluiu
195 afirmando que não conseguirão mais prever sem dar muitos gritos daqui para frente. Na
196 oportunidade, Ana Claudia, presidente do COEGEMAS, disse que o colegiado está nessa luta
197 há anos e se sente enganado. Afirmou que, particularmente, tem uma esperança muito grande
198 no secretário Geraldo Althoff, lembrando que este fez acontecer da Defesa Civil de Santa
199 Catarina, e que, portanto está colocando sua credibilidade para reverter esse quadro
200 vergonhoso na assistência social em Santa Catarina diante do executivo central. Ressaltou que
201 o colegiado reconhece o esforço que os técnicos do Estado fazem, e que clamam por ações
202 estruturantes na política de assistência social no estadual. Enfatizou que, enquanto não chegar
203 um gestor que vai regulamentar a Lei do FEAS e a Lei estadual do SUAS, que vai realizar o
204 concurso público, e vai garantir o piso para a assistência social, não adianta ficar discutindo o
205 passado e talvez um promissor futuro. Para concluir disse que os gestores municipais querem
206 ações concretas, e que não há motivo de discussão e pactuação no plenário se não há essa
207 garantia. Lembrou que o embate é institucional, e comunicou, agradecendo, que o
208 COEGEMAS não tem mais nada para fazer na reunião. Diante da falta de quorum, Camila
209 Magalhães considerou encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu Liliane Sena,
210 secretária executiva da CIB/SC, lavrei a presente ata.